



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para a futura e eventual aquisição de peças, acessórios e/ou componentes genuínos e/ou originais de fábrica da marca do veículo que serão utilizados na manutenção e conservação da frota municipal de linha leve, semipesada e pesada.

LOTE	MONTADORA	MÍDIA	FORMATO TABELA DE PREÇO	PORCENTAGEM ESTIMADA DE DESCONTO SOBRE A TABELA DA MONTADORA
01	VOLKSWAGEM LINHA LEVE	CD ROM – Catálogo de aplicação – vigente – original	Tabela de preços oficial da montadora, vigente no mercado, de inclusão eletrônica compatível com o catálogo de aplicação em formato T.X.T. com apresentação de documento que comprove sua autenticidade.	9%
02	FIAT LINHA LEVE	CD ROM – Catálogo de aplicação – vigente – original	Tabela de preços oficial da montadora, vigente no mercado, de inclusão eletrônica compatível com o catálogo de aplicação em formato T.X.T. com apresentação de documento que comprove sua autenticidade.	9%
03	VOLARE MICROÔNIBUS	CD ROM – Catálogo de aplicação – vigente – original	Tabela de preços oficial da montadora, vigente no mercado, de inclusão eletrônica compatível com o catálogo de aplicação em formato T.X.T. com apresentação de documento que comprove sua autenticidade.	8%
04	IVECO MICROÔNIBUS	CD ROM – Catálogo de aplicação – vigente – original	Tabela de preços oficial da montadora, vigente no mercado, de inclusão eletrônica compatível com o catálogo de aplicação em formato T.X.T. com apresentação de documento que comprove sua autenticidade.	7%
05	MERCEDES BENZ LINHA PESADA	CD ROM – Catálogo de aplicação – vigente – original	Tabela de preços oficial da montadora, vigente no mercado, de inclusão eletrônica compatível com o catálogo de aplicação em formato T.X.T. com apresentação de documento que comprove sua autenticidade.	12%
06	HONDA (MOTO)	CD ROM – Catálogo de aplicação – vigente – original	Tabela de preços oficial da montadora, vigente no mercado, de inclusão eletrônica compatível com o catálogo de aplicação em formato T.X.T. com apresentação de documento que comprove sua autenticidade.	4%
07	NEW HOLLAND	CD ROM – Catálogo de aplicação – vigente – original	Tabela de preços oficial da montadora, vigente no mercado, de inclusão eletrônica compatível com o catálogo de aplicação em formato T.X.T. com apresentação de documento que comprove sua autenticidade.	13%
08	CASE	CD ROM – Catálogo de aplicação – vigente – original	Tabela de preços oficial da montadora, vigente no mercado, de inclusão eletrônica compatível com o catálogo de aplicação em formato T.X.T. com apresentação de documento que comprove sua autenticidade.	13%
09	RANDON	CD ROM – Catálogo de aplicação – vigente – original	Tabela de preços oficial da montadora, vigente no mercado, de inclusão eletrônica compatível com o catálogo de aplicação em formato T.X.T. com apresentação de documento que comprove sua autenticidade.	13%
10	CITROEN	CD ROM – Catálogo de aplicação – vigente – original	Tabela de preços oficial da montadora, vigente no mercado, de inclusão eletrônica compatível com o catálogo de aplicação em formato T.X.T. com apresentação de documento que comprove sua autenticidade.	6%
11	RENAULT	CD ROM – Catálogo de aplicação – vigente – original	Tabela de preços oficial da montadora, vigente no mercado, de inclusão eletrônica compatível com o catálogo de aplicação em formato T.X.T. com apresentação de documento que comprove sua autenticidade.	8%
12	VOLKSWAGEM LINHA PESADA	CD ROM – Catálogo de aplicação – vigente – original	Tabela de preços oficial da montadora, vigente no mercado, de inclusão eletrônica compatível com o catálogo de aplicação em formato T.X.T. com apresentação de documento que comprove sua autenticidade.	12%
13	MERCEDES BENZ LINHA LEVE	CD ROM – Catálogo de aplicação – vigente – original	Tabela de preços oficial da montadora, vigente no mercado, de inclusão eletrônica compatível com o catálogo de aplicação em formato T.X.T. com apresentação de documento que comprove sua autenticidade.	17%



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO
Rua Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes
CEP: 35.568-000 - Estado de Minas Gerais
CNPJ 01.614.862/0001-77 = TELEFAX (37) 3322-9144

14	MASSEY FERGUSON	CD ROM – Catálogo de aplicação – vigente – original	Tabela de preços oficial da montadora, vigente no mercado, de inclusão eletrônica compatível com o catálogo de aplicação em formato T.X.T. com apresentação de documento que comprove sua autenticidade.	13%
15	CATERPILLAR	CD ROM – Catálogo de aplicação – vigente – original	Tabela de preços oficial da montadora, vigente no mercado, de inclusão eletrônica compatível com o catálogo de aplicação em formato T.X.T. com apresentação de documento que comprove sua autenticidade.	13%
16	CHEVROLET LINHA LEVE	CD ROM – Catálogo de aplicação – vigente – original	Tabela de preços oficial da montadora, vigente no mercado, de inclusão eletrônica compatível com o catálogo de aplicação em formato T.X.T. com apresentação de documento que comprove sua autenticidade.	10%
17	PEUGEOT LINHA LEVE	CD ROM – Catálogo de aplicação – vigente – original	Tabela de preços oficial da montadora, vigente no mercado, de inclusão eletrônica compatível com o catálogo de aplicação em formato T.X.T. com apresentação de documento que comprove sua autenticidade.	5%
18	IVECO LINHA PESADA	CD ROM – Catálogo de aplicação – vigente – original	Tabela de preços oficial da montadora, vigente no mercado, de inclusão eletrônica compatível com o catálogo de aplicação em formato T.X.T. com apresentação de documento que comprove sua autenticidade.	8%
19	LIUGONG	CD ROM – Catálogo de aplicação – vigente – original	Tabela de preços oficial da montadora, vigente no mercado, de inclusão eletrônica compatível com o catálogo de aplicação em formato T.X.T. com apresentação de documento que comprove sua autenticidade.	7%

1.2. As peças e acessórios deverão ser novos e com garantia de possíveis defeitos de fabricação.

1.3. Quanto às máquinas pesadas, serão aceitas cotações com base na Tabela de Preços de Peças Oficial do DER/MG.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente licitação visa à aquisição de peças de reposição e acessórios para utilização na manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota Municipal, a fim de garantir a segurança aos usuários (servidores do Município e/ou usuários do serviço público de transporte) e otimizar o trato do bem público primando sempre pela economicidade e eficiência.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 1.125 de 04 de janeiro de 2008.

4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

4.1. O objeto do presente termo de referência será recebido pelo Coordenador de frotas Geraldo Roberto Da Costa de acordo com a ordem de fornecimento, com prazo não superior a 02 dias úteis após recebimento da Ordem de Fornecimento pela licitante vencedora, sendo entregues na sede do Município de Córrego Fundo-MG, no endereço: Rua Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493, Mizael Bernardes, Córrego Fundo/MG, CEP: 35.568-000, com horário de funcionamento de 07:00 às 18:00 horas. Sendo o frete, por conta do fornecedor até este endereço.

4.2. O não cumprimento da entrega nas condições estabelecidas acarretará a anulação do empenho bem como a aplicação das penalidades previstas no edital e a convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame.

4.3. As notas de empenho poderão ser substituídas por uma ordem de compra oficial que serão enviadas através de correio eletrônico (e-mail), previamente cadastrado na proposta da licitante, e a



data deste envio será a referência para contagem do prazo de entrega estipulado. Para tanto as empresas participantes do certame deverão manter as informações de seu cadastro atualizadas junto ao Município. A alegação de não recebimento da nota de empenho não será aceita como justificativa para a recusa ou atraso da entrega do objeto.

4.4. A administração rejeitará o fornecimento, executado em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.

5. VALOR ESTIMADO

5.1. Conforme exigência legal, para definição do valor estimado para este registro de preços, o parâmetro utilizado pela Administração foi com base nos gastos realizados com aquisição de peças e acessórios nos últimos 12 (doze) meses para toda frota do Município.

5.2. O custo estimado de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), será o valor máximo definido para esta licitação devendo ser respeitados, caso a caso, os valores unitários e totais.

6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os bens serão recebidos:

6.1.1 Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

6.1.2 Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório.

6.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada obriga-se a:

7.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



- 7.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, o produto com avarias ou defeitos;
- 7.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 7.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- 7.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 7.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. A Contratante obriga-se a:
- 8.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- 8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 8.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 8.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9. MEDIDAS ACAUTELADORAS

- 9.1. Consoante o Art. 45 da Lei nº 9.784/99, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.



10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. A fiscalização da contratação será exercida pelo supervisor especial de frota, Geraldo Roberto da Costa, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções administrativas serão impostas fundamentadamente nos termos da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93.

11.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

11.3. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora nos seguintes montantes:

11.3.1. Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato, por dia de atraso do início de sua execução, até o limite máximo de 2% (dois por cento). Acima do limite aqui estabelecido, caracterizará inexecução total da obrigação assumida;

11.3.2. Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de sua inexecução total ou parcial, ou ainda, pela recusa injustificada em assinar o contrato;

11.3.3. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação pactuada;

11.3.4. A multa a que alude este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

11.3.5. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

11.3.6. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

11.4.1 advertência;

11.4.2 multa;

11.4.2.1 Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;



11.4.2.2 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

11.4.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

11.4.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.5 As sanções de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

11.6 A sanção estabelecida declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Secretário Municipal da área requisitante facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

11.7 As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei 8.666/93:

11.7.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.7.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.7.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.4. A pena de advertência poderá ser aplicada sempre que a administração entender que a(s) justificativa(s) de defesa atenua a responsabilidade da CONTRATADA e desde que não tenha havido prejuízo ao erário público.

11.5. Comprovado impedimento ou reconhecida de força maior, devidamente justificado e aceito pelo Município de Córrego Fundo/MG, a CONTRATADA poderá ficar isenta das penalidades.

11.6. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o CONTRATADO pela sua diferença, que será descontada/compensada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração. Efetuados esses descontos/compensações, caso ainda haja saldo devedor, ou inexistentes a garantia e/ou pagamentos devidos pela CONTRATANTE, o valor da multa aplicada deverá ser recolhido junto à Tesouraria Municipal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação, por meio de Guia Própria de Recolhimento.

11.7. Na hipótese de não pagamento ou recolhimento da multa, os valores serão objeto de inscrição em dívida ativa e sua consequente cobrança pelos meios legais.

11.8. Independente da sanção aplicada, a inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, ainda, a rescisão contratual, nos termos previstos na Lei nº. 8.666/93, bem como a incidência das consequências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos eventualmente causados à CONTRATANTE.

11.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, no próprio processo administrativo da licitação ou em processo apartado, que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.



11.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12. FORMA DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetivado à vista em até 30 (trinta) dias após a entrega integral de cada pedido, de acordo com a OF, e também após a verificação das conformidades do produto adquirido, condicionado ao recebimento definitivo, ocasião em que o Tesoureiro verificará a regularidade fiscal e trabalhista, mediante apresentação de Nota Fiscal e consequente aceitação da mesma.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da aquisição do objeto do presente Termo de Referência correrão à conta dos recursos orçamentários constantes nas seguintes dotações orçamentárias vigentes:

04 122 0402 2.101-339030-Ficha 008	12 365 1205 2.526-339030-Ficha 254	10 304 1003 2.640-339030-Ficha 414
04 181 0601 2.106-339030-Ficha 086	12 361 1202 2.509-339030-Ficha 281	10 301 1002 2.620-339030-Ficha 431
06 181 0402 2.112-339030-Ficha 094	12 361 1202 2.522-339030-Ficha 290	10 304 1002 2.651-339030-Ficha 480
04 123 0402 2.300-339030-Ficha 112	12 361 1202 2.985-339030-Ficha 302	10 304 1002 2.956-339030-Ficha 489
12 122 1214 2.500-339030-Ficha 137	12 361 1211 2.514-339030-Ficha 306	04 122 0402 2.709-339030-Ficha 505
12 361 1202 2.506-339030-Ficha 162	12 363 1214 2.515-339030-Ficha 314	04 122 0402 2.709-339030-Ficha 506
12 361 1211 2.512-339030-Ficha 179	12 365 1205 2.531-339030-Ficha 329	04 122 0402 2.900-339030-Ficha 701
12 365 1205 2.517-339030-Ficha 194	12 365 1205 2.987-339030-Ficha 331	08 243 0802 2.930-339030-Ficha 712
12 365 1205 2.525-339030-Ficha 203	10 122 1003 2.600-339030-Ficha 342	08 243 0802 2.974-339030-Ficha 735
12 361 1202 2.507-339030-Ficha 224	10 122 1003 2.634-339030-Ficha 354	08 244 0402 2.968-339030-Ficha 758
12 361 1211 2.511-339030-Ficha 235	10 301 1003 2.633-339030-Ficha 365	08 244 0402 2.973-339030-Ficha 768
12 365 1205 2.521-339030-Ficha 243	10 301 1003 2.633-339030-Ficha 383	082440802 2.976-339030-Ficha 814

14. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E ENTREGA

14.1 O prazo de vigência do Registro de Preços oriundo deste Termo de Referência será de 12 (doze) meses e a execução se dará parceladamente, à medida das necessidades do Município.

14.2 O prazo de entrega será obrigatoriamente no máximo de 02 (dois) dias úteis após o envio da "Ordem de Fornecimento" que será feito preferencialmente por correio eletrônico.

15. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1 A fiscalização do Contrato caberá ao supervisor especial de frota, Sr. Geraldo Roberto da Costa. A Administração poderá designar outro fiscal, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

15.2 A ação de fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

16. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO ESPECÍFICA

16.1 Considerando o objeto a ser contratado há que se exigir a apresentação de atestado de capacidade técnica como requisito específico de habilitação nos termos do Art. 30, da Lei 8.666/93 e ou Art. 31, da Lei 8.666/93, conforme o seguinte:



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO
Rua Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes
CEP: 35.568-000 - Estado de Minas Gerais
CNPJ 01.614.862/0001-77 = TELEFAX (37) 3322-9144

16.1.1 **Atestado(s) de capacidade técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a execução/entrega satisfatória do objeto e de serviços similares, de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto licitado.

17. GARANTIA

17.1 O fornecedor, detentor da Ata de RP, garantirá a qualidade da (s) peça (s) registrada (s) pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, ressalvados os casos em que prazo maior seja estabelecido por lei, pelo próprio prestador ou por indicação nas condições específicas do objeto, sempre contados a partir do recebimento da peça pelo Município.

17.2 Deverá o fornecedor substituir imediatamente em caso de defeito de fabricação, as peças fornecidas.

17.3 As peças deverão ser entregues em suas embalagens originais de fábrica, não podendo ser violadas, constando a identificação do fabricante, especificações técnicas e termo de garantia da mercadoria, tudo de acordo com o código de defesa do consumidor, Lei Nº 8078/90.

18. DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA CONTRATADA

18.1 A licitante, necessariamente, deve apresentar condições técnicas para fornecimento das peças no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após o envio do pedido por endereço eletrônico, podendo estar instalada geograficamente em qualquer localidade, desde que tenha capacidade para cumprir todas as condições da entrega.

19. FUNDAMENTAÇÃO

19.1 Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto 1.125/2008 e Instruções Normativas do TCE/MG.

Córrego Fundo, 05 de junho de 2018.

Geraldo Roberto da Costa
Supervisor Especial de Frotas

*APROVAMOS O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA
E AUTORIZAMOS A REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO*

Keli Cristina Da Silva
Secretária Municipal De Saúde

Marco Armstrong De Araújo
Secretário Municipal De Governo

Márcia Geralda Da Silveira Ribeiro
Secretária Municipal De Educação

Misley Aparecida Da Cunha Faria
Secretária De Obras, Meio Ambiente E
Desenvolvimento



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO
Rua Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes
CEP: 35.568-000 - Estado de Minas Gerais
CNPJ 01.614.862/0001-77 = TELEFAX (37) 3322-9144

Juarez Geraldo Da Cunha
Secretário Municipal De Políticas Sociais

Ana Cristina Leão Carvalho
Secretária Municipal De Administração,
Contabilidade e Fazenda